

INEP / CRPE / NE
PESQUISA SOBRE
RECURSOS DA EDUCAÇÃO
E CUSTOS DO ENSINO
NO NORDESTE

RELATÓRIO SUMÁRIO
PARA O VI ENCONTRO DE
SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO
EM NATAL

FEVEREIRO
1974

RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO E CUSTOS DO ENSINO NO NORDESTE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP)

Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Nordeste (CRPE/NE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Faculdade de Educação (FACED)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PERNAMBUCO (SEEC-PE)

Instituto de Estatística e Pesquisa Educacionais (IEPE)

NOTA PRÉVIA SOBRE A PESQUISA "RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO E

CUSTOS DO ENSINO NO NORDESTE"

O propósito desta nota é modesto e breve: pretendemos dar uma notícia sobre a pesquisa intitulada "Recursos para a Educação e Custos do Ensino no Nordeste", que está sendo empreendida sob o patrocínio do INEP.

1. Organização administrativa.

A pesquisa é um trabalho em colaboração envolvendo: a Faculdade de Educação na pessoa do planejador e coordenador geral do projeto; o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Nordeste e a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco.

O CRPE/NE fornece a maior parte do apoio logístico.

2. Estrutura do projeto.

O projeto foi tentativamente estruturado em três sub-projetos, estruturação que, embora não perfeita, como se percebeu no evoluir dos trabalhos, é suficientemente satisfatória.

Os três sub-projetos são:

I - Estrutura do financiamento e levantamento dos recursos para a educação no Nordeste;

II - Custos do ensino e programação financeira para a expansão do sistema escolar em Pernambuco;

III - Estudo comparativo de "educação e desenvolvimento"; Pernambuco, Nordeste, S. Paulo e Brasil.

Esses sub-projetos, por sua vez, são estruturados, em tarefas. Ainda que a classificação, delimitação e distribuição dessas tarefas dê margem a interpenetrações e imprecisões, isso foi um expediente que se comprovou muito prático, para evitar problemas "práticos": não há vinculações contratuais, não há "mensalistas", não há "níveis de cargos". Há simplesmente um desenvolvimento flexível do projeto.

Não obstante, tinha que haver um mínimo de organização e hierarquia. Nesse sentido há responsáveis ou "chefes" de cada um dos sub-projetos:

Sub-projeto I - Maria José Sobral, indicada pela Faculdade de Educação;

Sub-projeto II - Nelsileine Borba, do IEPE da SEEC;

Sub-projeto III - Maria Rejane de Almeida Souza, do CRPE/NE.

São ainda pesquisadoras principais, dentro do projeto: Gerusa Barros, da SEEC, principalmente no sub-projeto II, no que se relaciona com aspectos financeiros em Pernambuco; e Zaida Maria Cavalcanti, principalmente no sub-projeto III, elaborando uma contribuição sobre aspectos de ensino superior, não obstante estar expresso no projeto que o ensino superior como tal não seria visto com aprofundamento.

Outros pesquisadores atuam como auxiliares em maior ou menor grau de intensidade.

O fluxograma A espelha a estrutura dos 3 sub-projetos e das 26 tarefas com suas articulações.

3. Etapas e prazos.

O próprio fluxograma adianta essa informação.

O projeto total foi previsto para dois anos, ou seja 1973-1974. (Começou a funcionar propriamente em março de 1973).

Solicitamos um prazo assim relativamente dilatado, em relação aos legítimos desejos do INEP e da SEEC por obter mais rapidamente subsídios práticos, já por causa da complexidade mesma do projeto, já porque a própria equipe - vai aqui, portanto, uma explicação do grupo - julgou necessário estruturar o tempo da pesquisa, de modo a ter uma fase para amadurecer.

No momento estamos na tarefa 14, isto é: estamos elaborando, para divulgação restrita, em caráter preliminar, um repertório de tabelas e quadros representando a primeira parte (1973) do trabalho: a coleta de informações, análise e seleção das mesmas. Trata-se de uma junção de material.

Na segunda fase, 1974, deveremos então tirar partido deste material, embora continuando a apreender material complementar.

A etapa correspondente a 1974 é mais complexa: relaciona-se com os aspectos financeiros e econômicos (incluindo aspectos ocupacionais). Esta etapa vai necessitar de um planejamento complementar agora em março.

Os aspectos demográficos estão mais avançados e satisfatoriamente conduzidos.

4. Objetivos e nível de situação da pesquisa.

A pesquisa tem objetivos explícitos e implícitos.

Começando pelos indiretos ou não declarados, a pesquisa visa a proporcionar um processo de auto-formação de um grupo que se possa tornar competente para dar apoio aos grupos decisores do sistema educacional de Pernambuco em questões de ordem financeira econômica da educação. Cremos que se chegou a desenvolver em Pernambuco, em anos recentes, um certo nível de competência e um certo número de pessoas interessadas em questões de escolaridade, evasão, faixa etária, etc. Por outro lado parece-nos que não há o mesmo desenvolvimento quanto ao relacionamento dessas questões de planejamento da expansão da escolaridade com o plano de fundo dos aspectos financeiros. A pesquisa, como foi dito acima, procura proporcionar um tempo ao próprio amadurecimento da equipe e deseja ser um elemento para contribuir para criar um clima de maior movimentação nesta área.

(Ponto menor, nesta linha de preocupações, mas que cabe registrar é que a Faculdade de Educação tem na pesquisa uma oportunidade de testar "bolsistas de iniciação científica", como já o fez em 1973).

Quanto aos objetivos explícitos estão mais ou menos hierarquizados em tres níveis, por sua vez mais ou menos vinculados aos tres sub-projetos.

Em primeiro lugar temos o objetivo de fazer um levantamento. Na medida em que levantamento é algo mais modesto que pesquisa, interessa-nos, em causa própria, declarar que no sub-projeto 1, mais especificamente, desejamos fazer apenas um levantamento e mesmo um levantamento à base de dados secundários.

A pesquisa não tem pretensões metodológicas: compilação e tabulação de dados secundários prevalecerão sobre a preocupação de colher dados novos e fazer trabalho de campo. O esforço não será na direção de refinamentos metodológicos, mas, numa direção prática, reunir, sintetizar e instrumentalizar uma massa de informações existentes, mas existentes dispersivamente, em fontes não convergentes, e de modo tumultuado e sobretudo não coerentes. De futuro, num possível prolongamento do projeto poderemos querer ir mais adiante. No momento, queremos apenas juntar organizar e ordenar.

O segundo objetivo que, por sua vez, refere-se mais ao sub-projeto 2 é o de fazer um exercício de planejamento: busca-se fazendo confluir os dados relativos à expansão da escolaridade com os dados relativos às despesas com educação construir uma programação financeira referencial. Referencial no sentido de que não imaginamos que da pesquisa pudesse resultar um orçamento-programa plurianual, mas obteremos uma avaliação (ou estimativa, ou cálculo) de necessidades escalonadas e poderemos oferecer uma orçamentação-guia.

Por isso falamos de "custos do ensino" mais no segundo do que no primeiro sub-projeto. Não porque neste sub-projeto queiramos fazer uma pesquisa de custos, constatar determinadamente quais são os custos. Não sabemos se poderíamos chegar a isso. Mas porque queremos utilizar referenciais, módulos, custos teóricos e custos médios, para "encher" o acima referido modelo de programação financeira referencial.

Se, quanto ao primeiro sub-projeto situamos o projeto ao nível de levantamento e compilação (nossa pretensão é simplesmente a de contribuir para juntar e harmonizar o que anda disperso), neste segundo situamo-la ao nível de exercício.

Tentaremos não só um "plano de metas" (ou expectativas) de escolarização em Pernambuco, com o seu respectivo quadro de financiamento esperado ou desejado, como também elaborar exemplificativamente um ou mais planos detalhados ao nível de município.

Só quanto ao sub-projeto 3 é que realmente o projeto se apresenta presunçoso. Quando digo que está presunçoso já é confessando que, por um lado, gostaríamos de desenvolver aqui algo que é pesquisa no sentido profundo, mas, ao mesmo tempo, conscientes das limitações, sabemos que vamos só iniciar e sondar aspectos.

Gostaríamos de realizar alguma coisa do famoso propósito do "generalista" de obter uma visão global do problema, superpondo os vários planos: o demográfico, o econômico, o social, o financeiro e o educacional.

Como a palavra desenvolvimento já sintetiza ou envolve aspectos demográficos, ocupacionais, sociais, econômicos e financeiros, então o termo "educação e desenvolvimento" comparados (e não educação comparada, apenas) seria o termo para o nosso tema, talvez demasiado amplo.

(Incidentalmente observamos que não nos comprometemos com "educação para o desenvolvimento" que foi moda há alguns anos, nem com a tese de que o desenvolvimento seria objetivo primordial, etc. Apenas queremos extrair comparações, ilustrações e sugestões).

5. Hipótese e problemas.

Uma pesquisa deve formular suas hipóteses. Contudo não temos propriamente hipóteses, antes devemos dizer que temos certas questões e problemas, preocupações comuns a muitos, já formuladas e conhecidas, nas quais queremos ver se avançamos um pouco.

Em primeiro lugar tentaremos descrever a estrutura do financiamento da educação no Brasil, que por sua complexidade provoca uma sensação de perplexidade.

Em segundo lugar formulamos a hipótese de que o volume de recursos é insuficiente para a expansão educacional no Nordeste e em Pernambuco. Porem, melhor do que em forma de hipóteses seria formularmos em forma de pergunta: o volume dos recursos é insuficiente? Como? Em que?

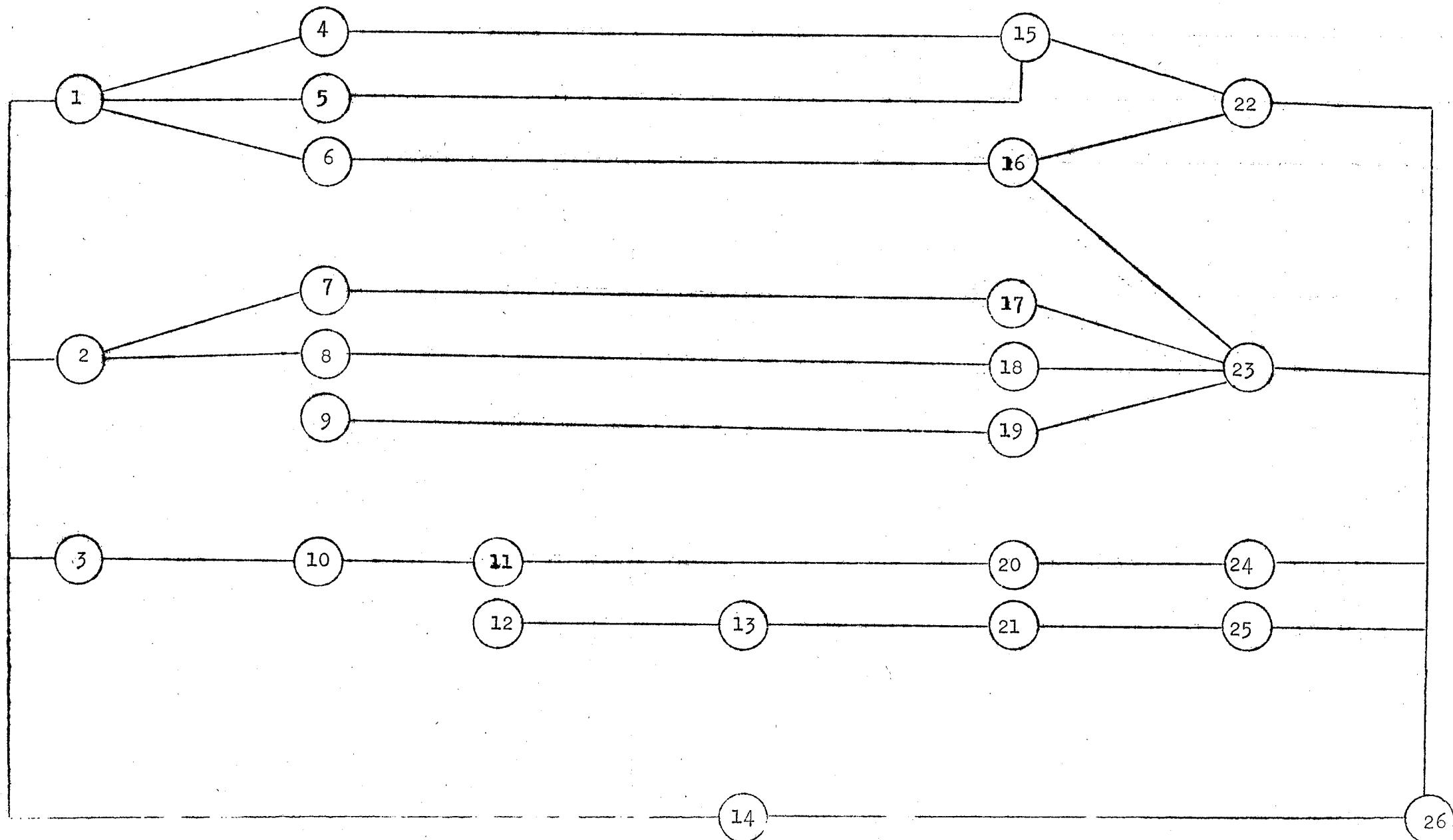
Parece que há muita instabilidade nos recursos e que quanto mais complexo e plural o financiamento mais difícil de assegurar a articulação e fazer a avaliação e o controle dos resultados de sua aplicação.

Em terceiro lugar, não é bem uma hipótese aquela de que há associação positiva entre desenvolvimento (industrialização, urbanização, crescimento do produto) e educação. De modo que não temos uma hipótese, temos um quesito: pode-se sentir em que grau, em que sentido, há variação do binômio "desenvolvimento e educação", entre Pernambuco, Nordeste, São Paulo e Brasil?

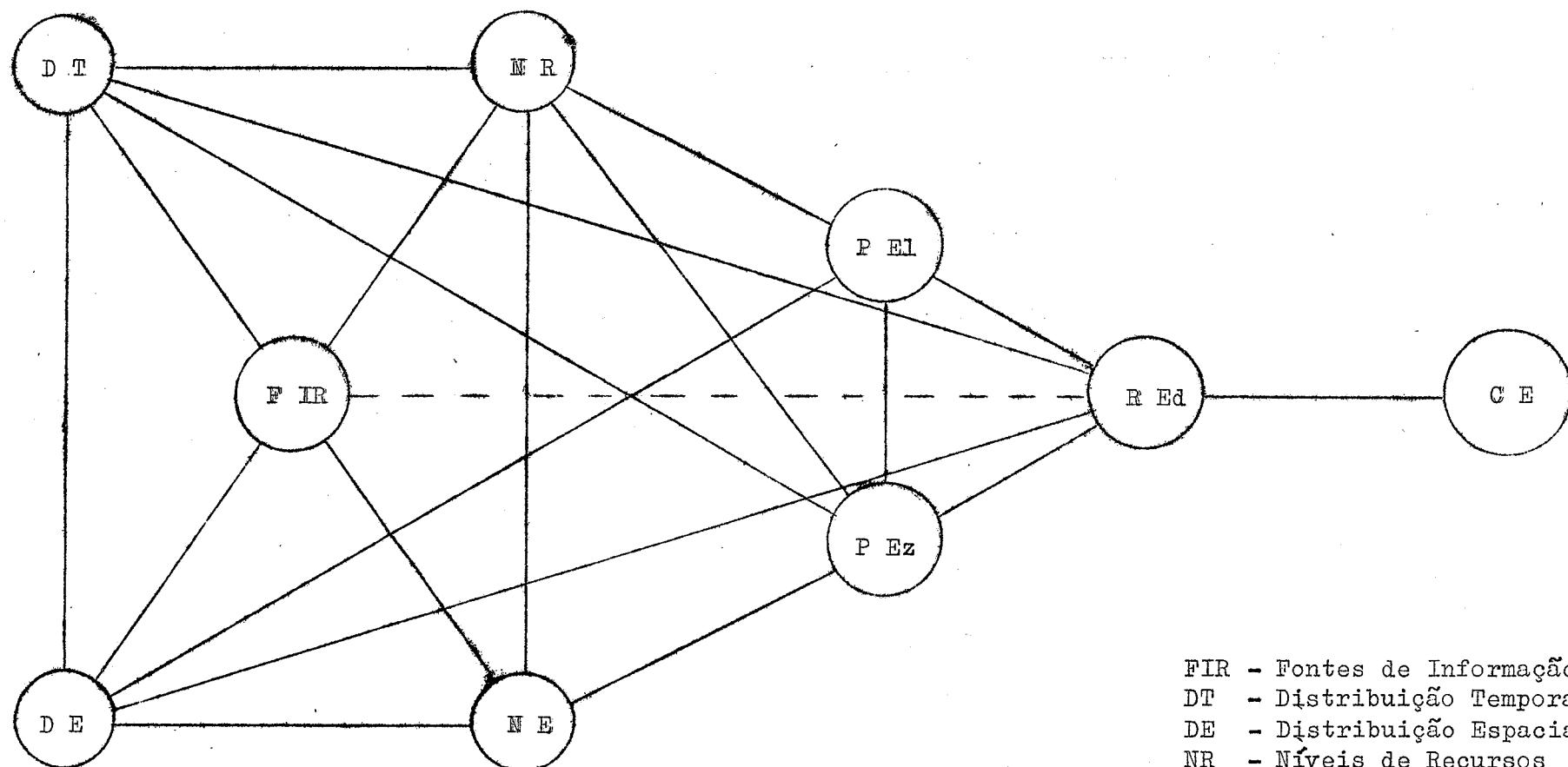
(A suposição óbvia é que Pernambuco, dentro do Nordeste, representa um estágio mais avançado do que o espaço englobante; analogamente entre São Paulo e Brasil; por outro lado põe-se que o sistema maior obedece ao mesmo modelo do sistema menor e o sistema avançado (São Paulo) oferece um futurível do sistema menos avançado (Pernambuco).)

Finalmente, no sentido de oferecer alguma contribuição para o problema bem prático de como fazer a ponte do plano macro-social para o plano das decisões concretas e particulares, far-se-á uma descida ao nível do estudo de uma amostra de municípios de Pernambuco, procurando ver se daí se pode extrair algumas novas conclusões a ter em conta e generalizações para municípios dos mesmos tipos.

F L U X O G R A M A



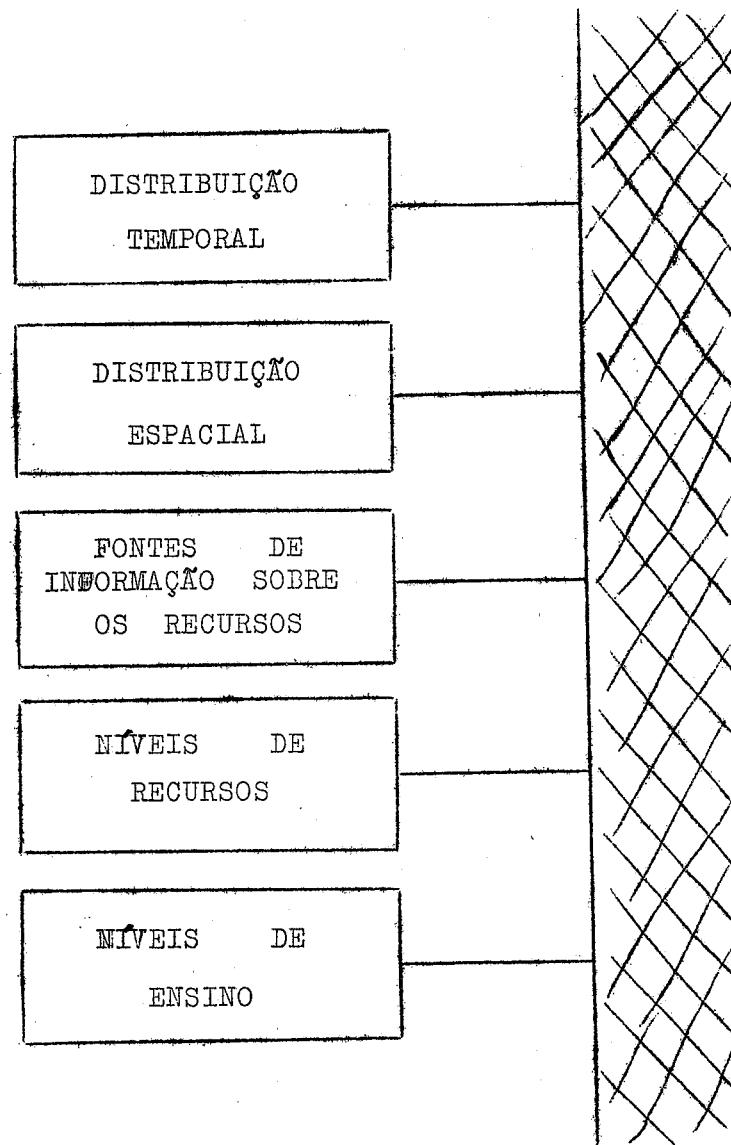
R E C U R S O S P A R A A E D U C A Ç Ã O E C U S T O S D O E N S I N O N O N O R D E S T E



FIR - Fontes de Informação sobre os Recursos
DT - Distribuição Temporal
DE - Distribuição Espacial
NR - Níveis de Recursos
NE - Níveis de Ensino
PEl - População Escolarizável
PEz - População Escolarizada
R Ed - Recursos para a Educação
CE - Custos do Ensino

I D E A L

R E A L

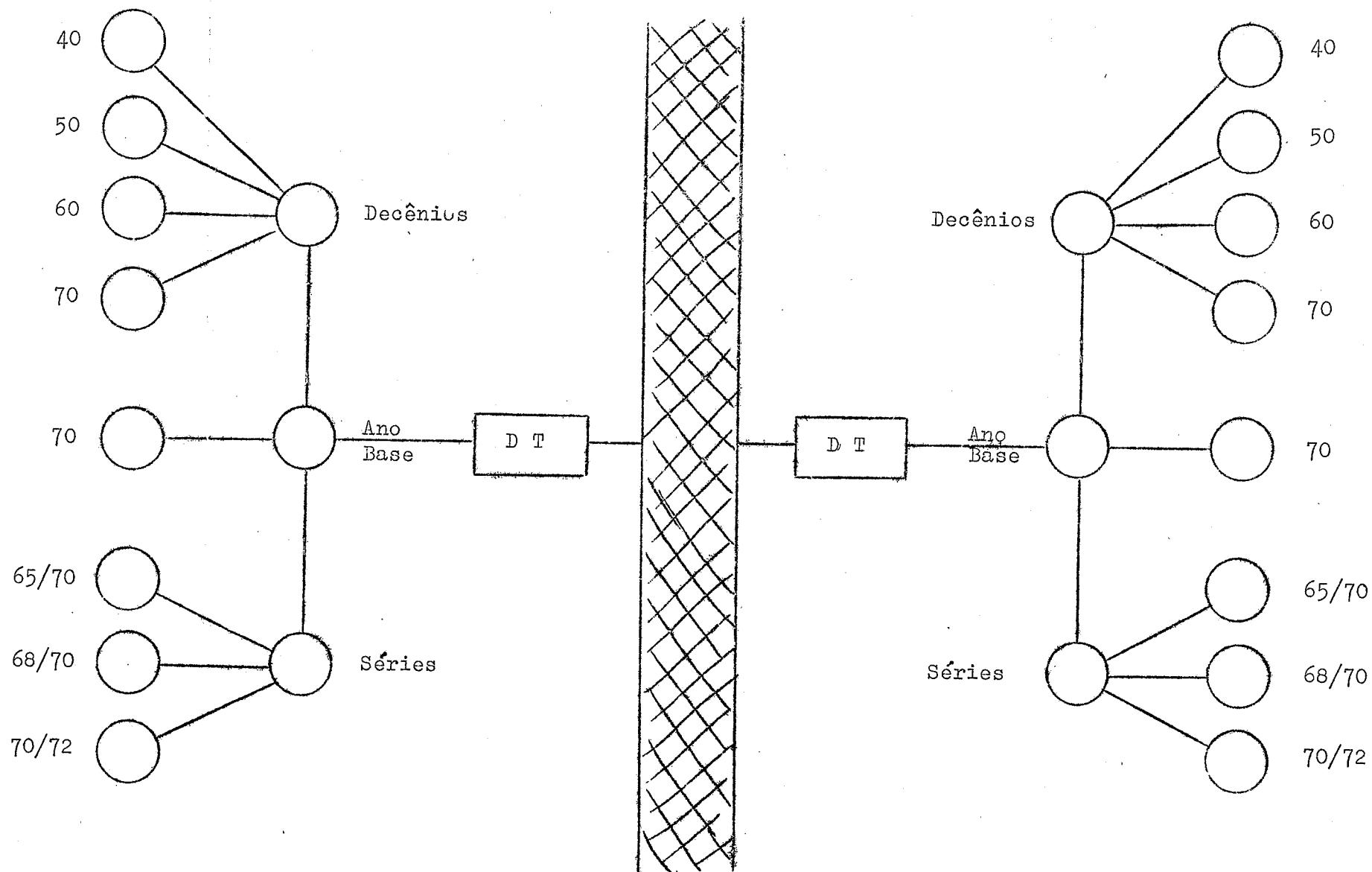


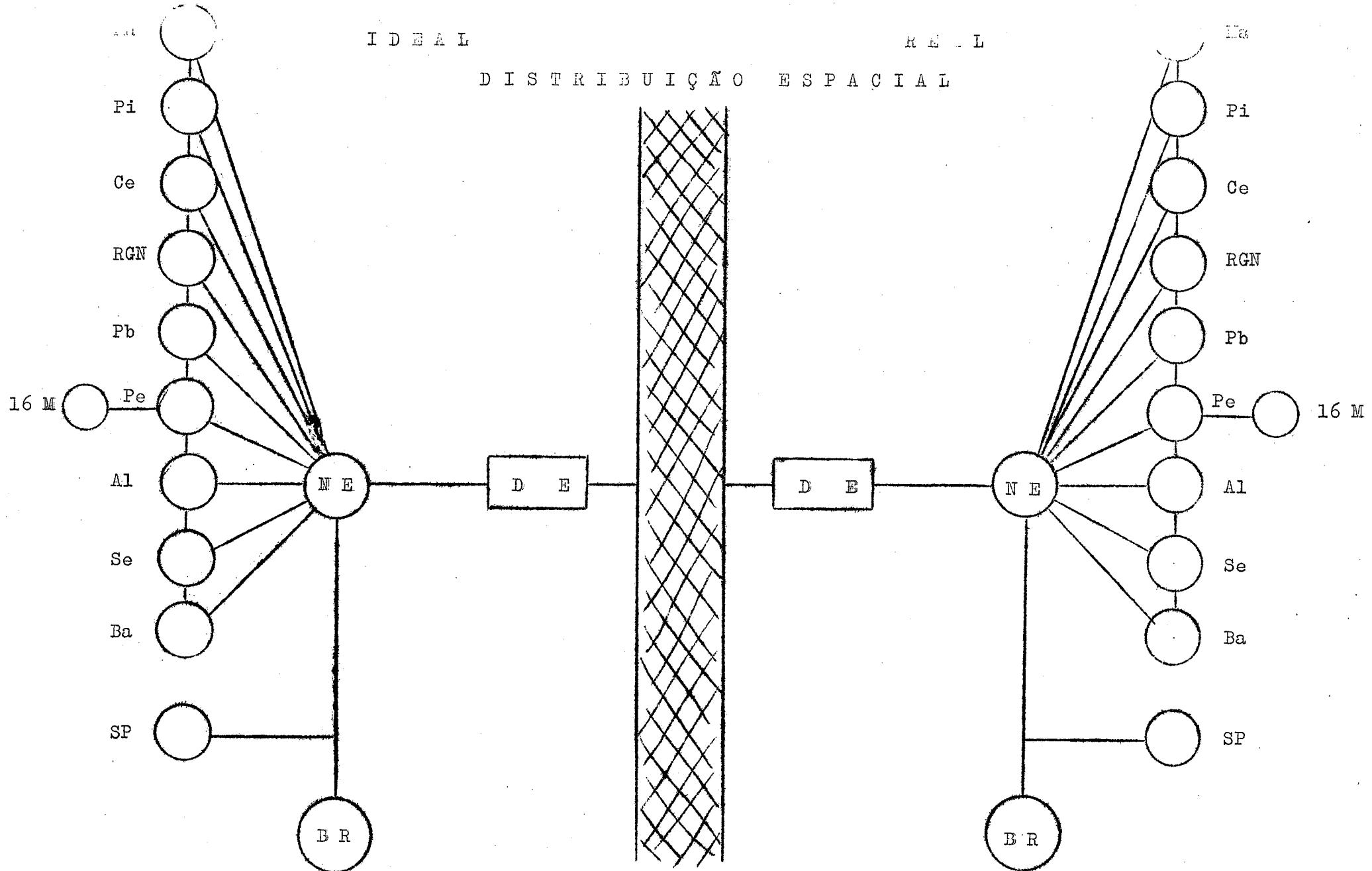
I D E A L

D I S T R I B U I Ç Ã O T E M P O R A L

R E A L

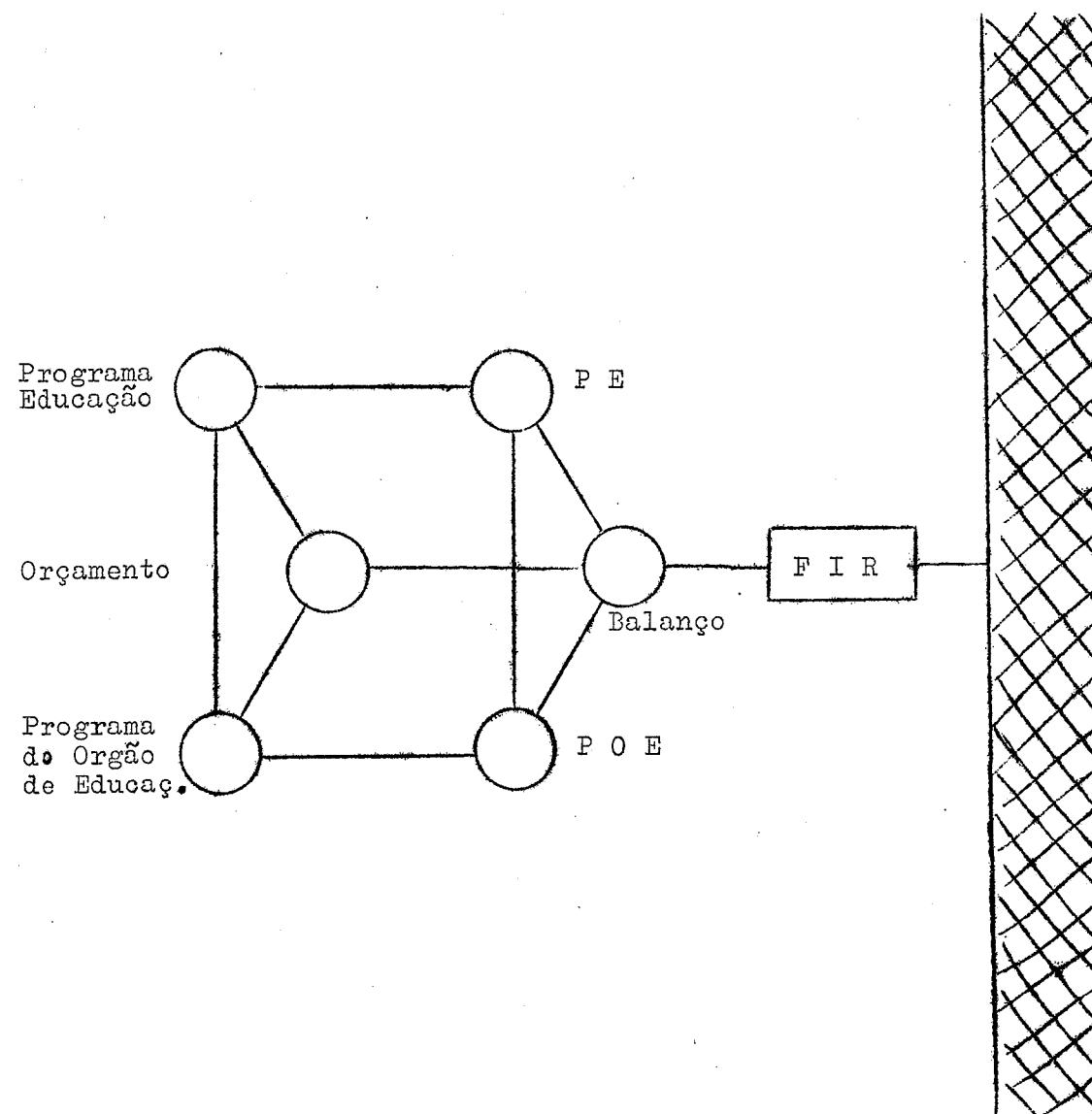
3



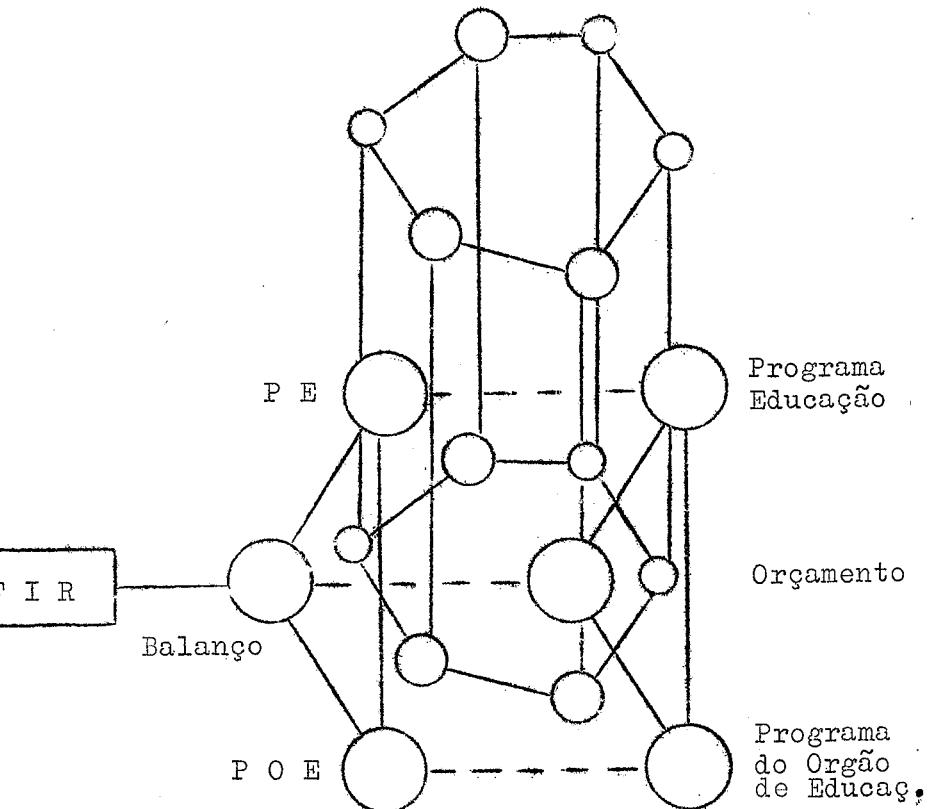


I D E A L

FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE OS RECURSOS



R E . L



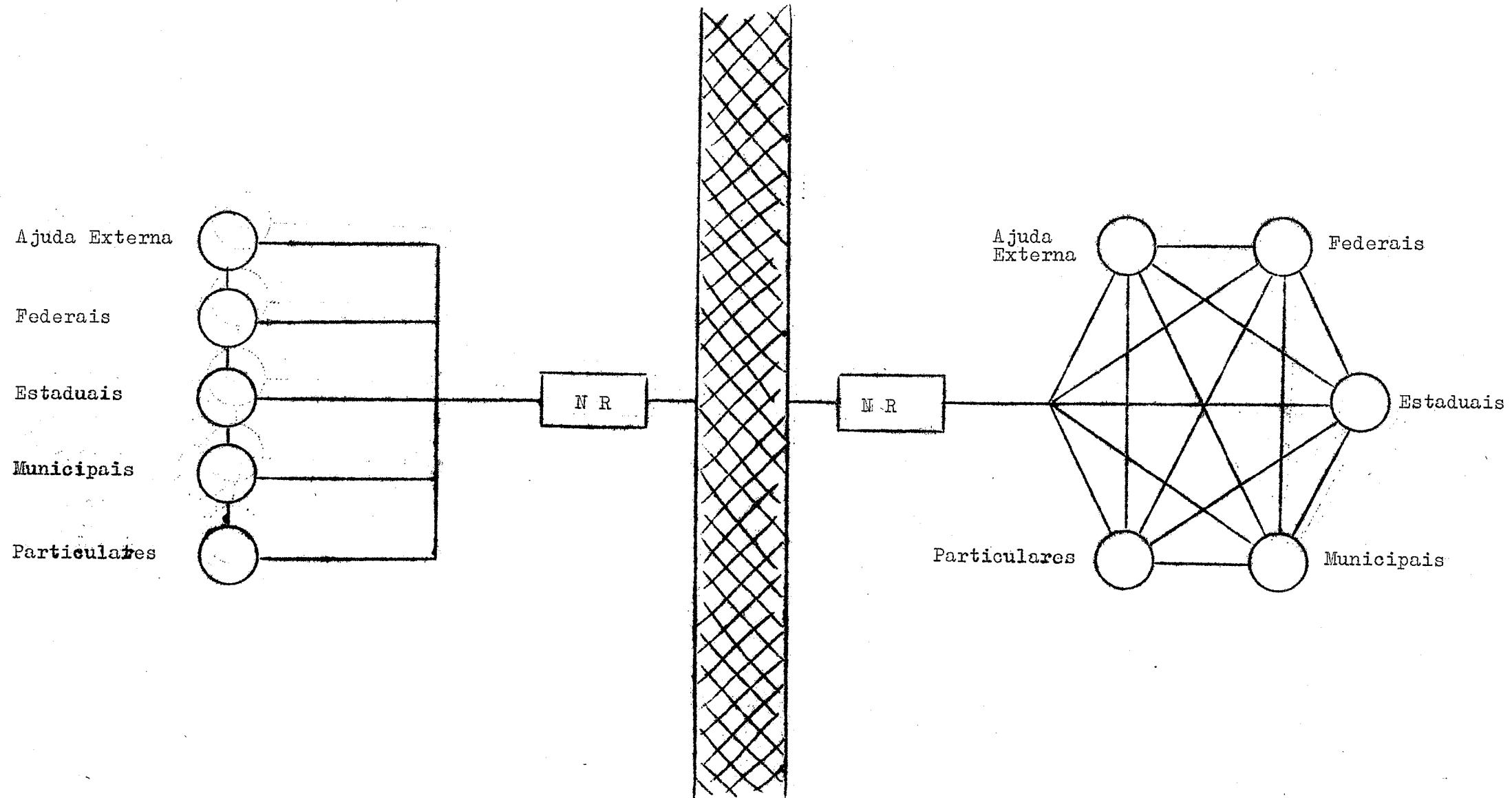
○ ○ - Outras Fontes (Independentes, Perturbadoras e Multiatuantes)

I D E A L

N I V E I S D E R E C U R S O S

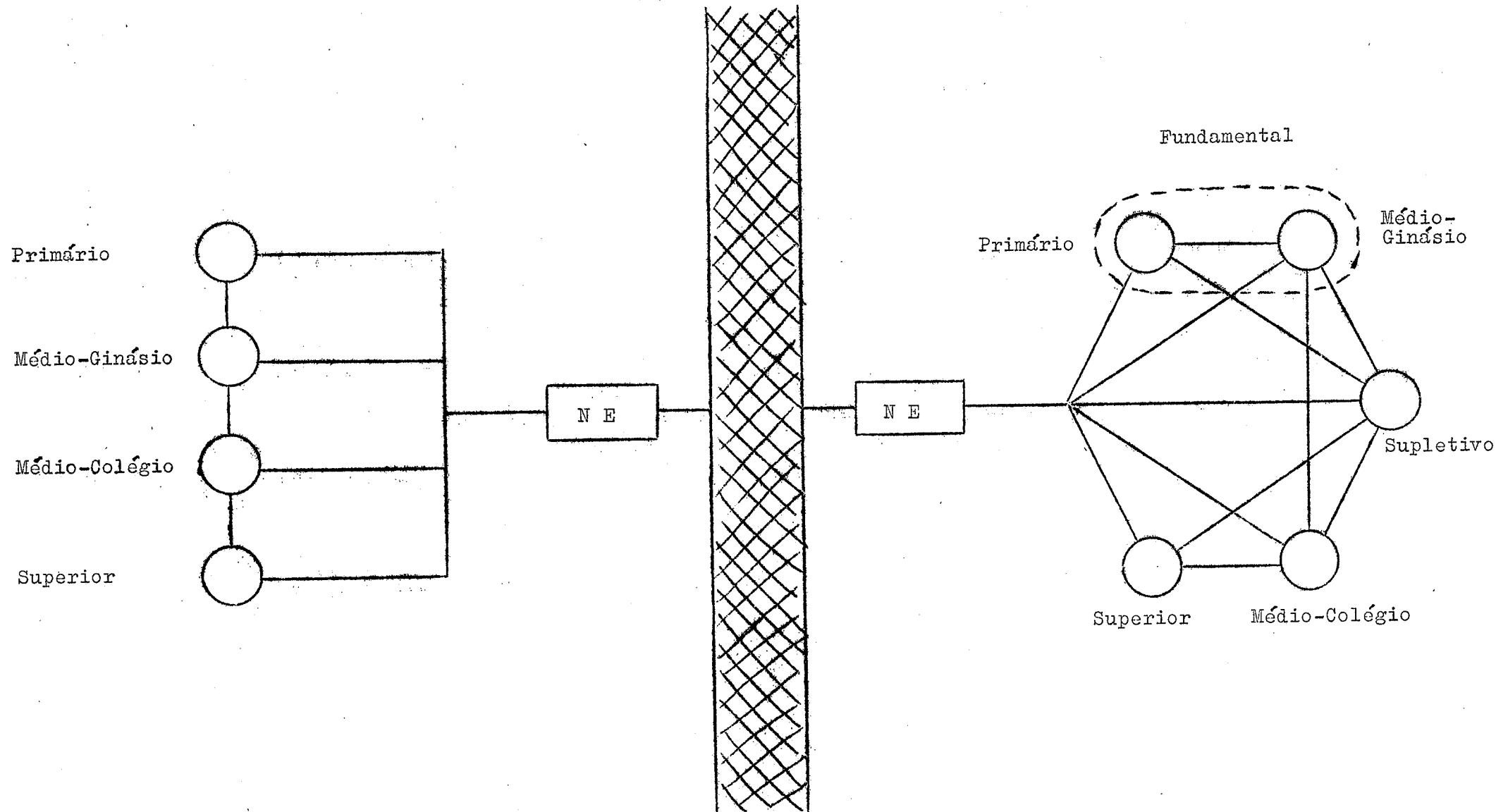
R E A L

6

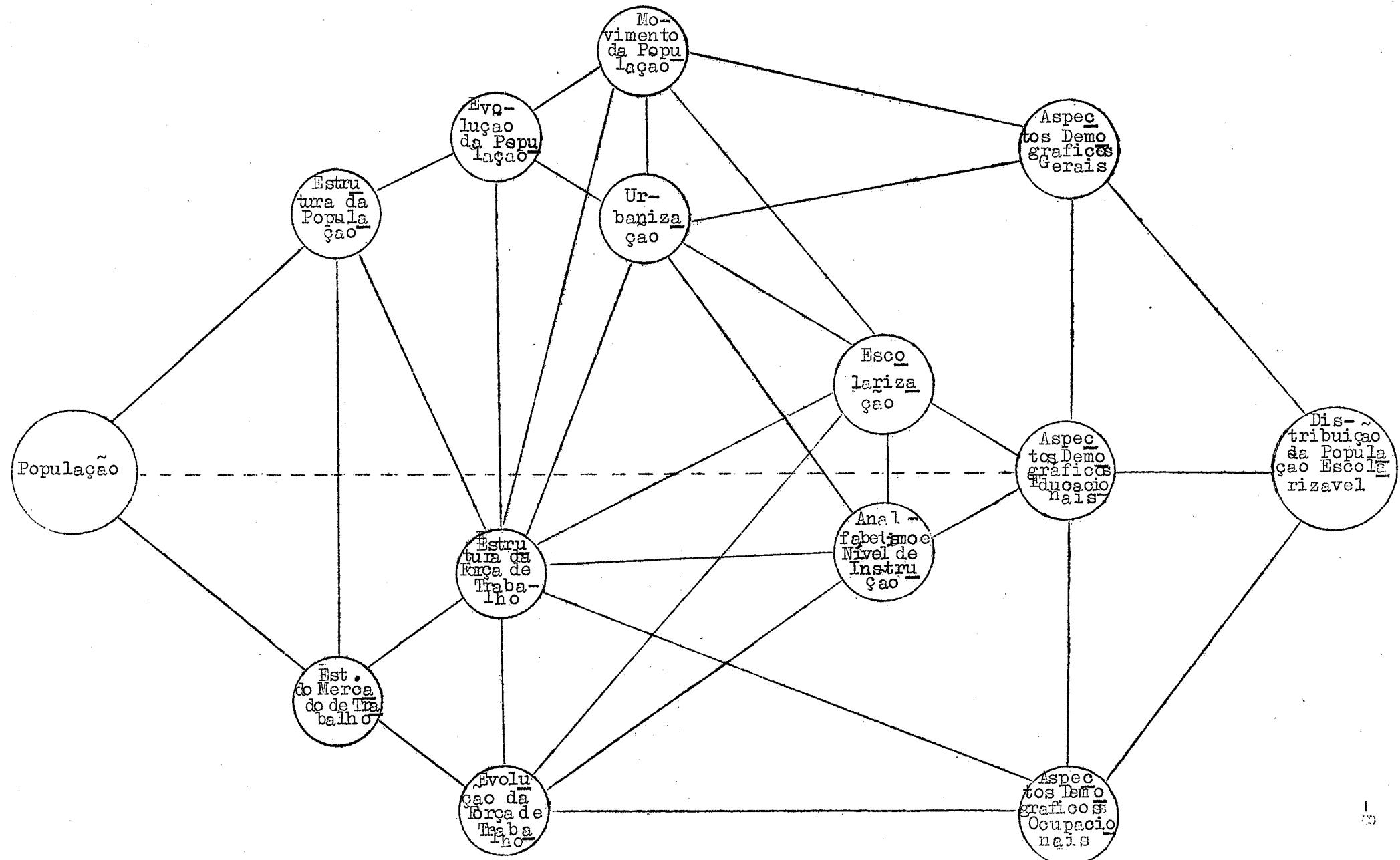


I D R A L

N I V E U S D E E N S I N O

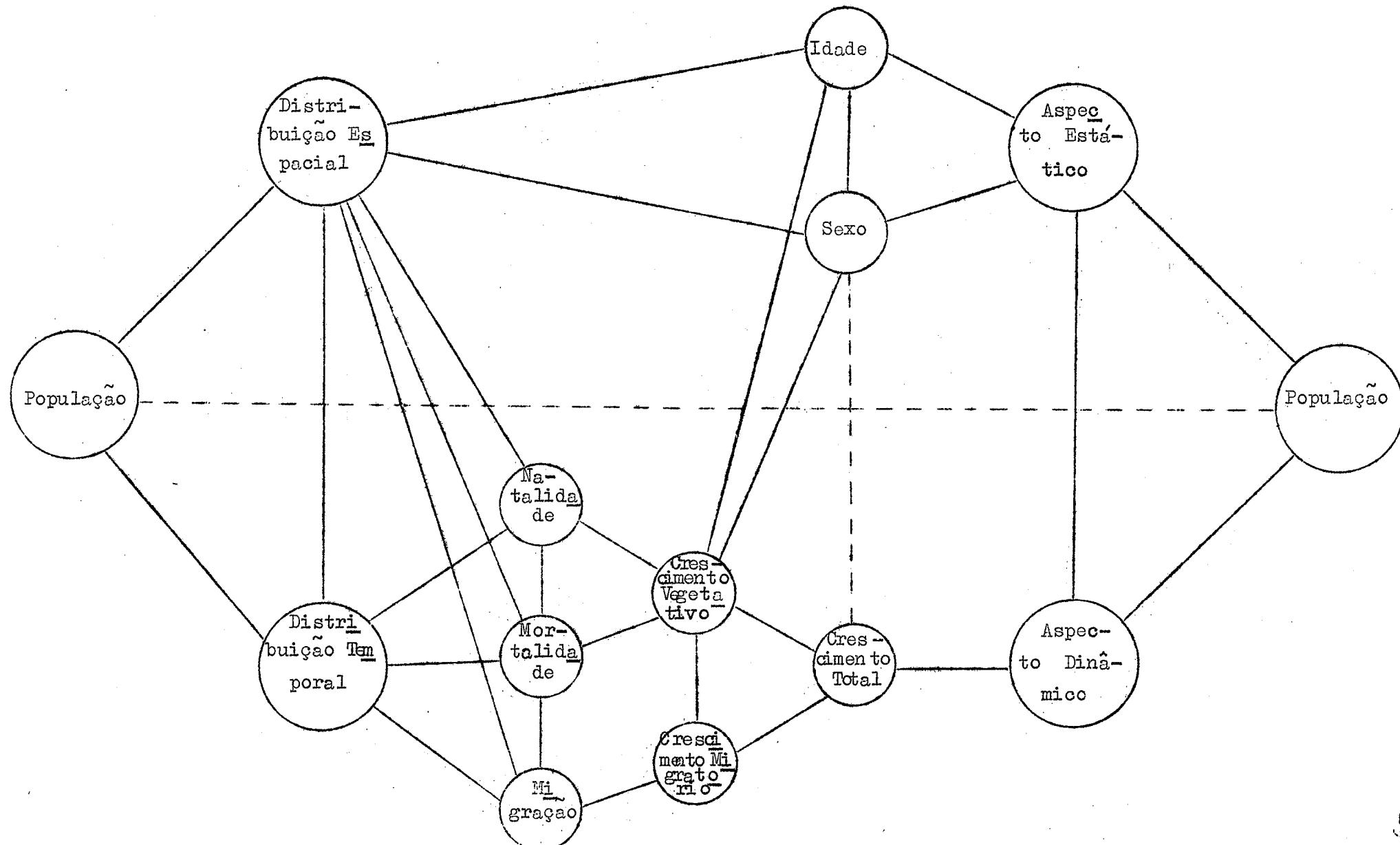


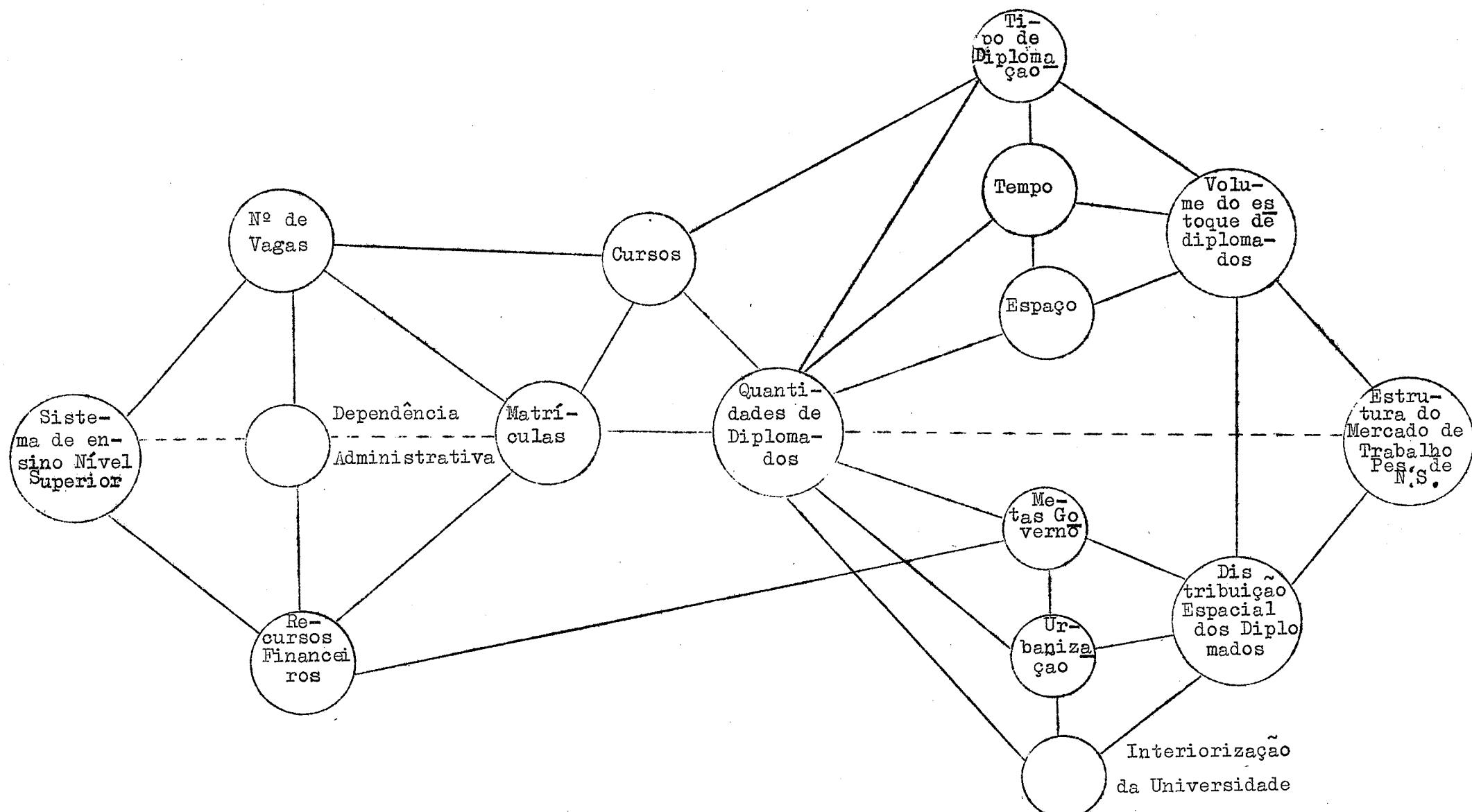
ESTUDO COMPARATIVO DA "EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO", PERNAMBUCO, NORDESTE E OUTRAS ÁREAS - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS



A S P E C T O S

D E M O G R Á F I C O S - G E R A I S





ESTRUTURA DA RECEITA NO BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE EM 1969

(Cr\$ 1.000,00)

RECEITAS	ESTADOS	BRASIL		SÃO PAULO		NORDESTE	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1. RECEITAS TRIBUTÁRIAS		12.431.833	69,99	5.736.097	73,33	1.164.171	52,05
1.1. Impostos		11.730.869	94,36	5.309.832	92,57	1.142.467	98,14
1.2. Taxas		700.964	5,64	426.265	7,43	21.704	1,86
2. RECEITA PATRIMONIAL		177.860	1,00	55.873	0,71	26.178	1,17
2.1. Receitas Imobiliárias		19.862	11,17	5.924	10,60	5.334	20,37
2.2. Outras		157.998	88,83	49.949	89,40	20.844	79,62
3. RECEITA INDUSTRIAL		388.602	2,19	227.957	2,91	12.999	0,58
4. RECEITAS DIVERSAS		801.985	4,51	457.827	5,85	51.599	2,31
5. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		2.362.873	13,30	573.277	7,33	662.726	29,64
5.1. Esfera Federal		2.271.757	96,14	539.496	94,11	613.230	92,53
5.1.1. Governo Federal		2.208.086	97,20	539.496	100,00	566.622	92,40
A) Fundo Part. Estados		540.801	24,49	15.544	2,88	246.047	43,42
B) Fundos Especiais		1.242.627	56,28	502.941	93,23	268.796	47,34
C) PNE		142.891	6,47	20.844	3,86	49.653	8,76
D) Contribuições		281.767	12,76	167	0,03	2.726	0,48
5.1.2. Autarquias Federais		63.671	2,69	-	-	46.608	7,60
5.2. Esfera Estadual		-	-	-	-	-	-
5.2.1. Governo Estadual		-	-	-	-	-	-
A) Fundos Especiais		-	-	-	-	-	-
B) Contribuições		-	-	-	-	-	-
5.2.2. Autarquias Estaduais		-	-	-	-	-	-
5.3. Esfera Municipal		6.509	0,28	3.922	0,68	2.289	0,35
5.4. Empresas Públicas e Mistas		62.322	2,64	29.841	5,21	29.283	4,42

Continua

Continuação

RECEITAS	ESTADOS	BRASIL		SÃO PAULO		NORDESTE	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
5.4.1. Federais		29.178	46,82	-	-	29.178	99,64
5.4.2. Interestaduais		1.875	3,01	-	-	-	-
5.4.3. Estaduais		31.269	50,17	29.841	100,00	105	0,36
5.5. Outras		22.285	0,94	18	0,00	17.924	2,70
6. RECEITAS DE CAPITAL		1.600.032	9,01	771.715	9,87	318.563	14,25
6.1. Operações Crédito		1.363.461	85,22	670.697	86,91	301.934	94,78
6.1.1. Interno		1.189.515	87,24	670.061	99,91	173.310	57,40
6.1.2. Externo		173.946	12,76	636	0,09	128.624	42,60
6.2. alienação Bens Móveis e Imóveis		114.896	7,18	71.444	9,26	7.393	2,32
6.3. Amortização Empréstimos Concedidos		88.013	5,50	7.947	1,03	7.339	2,30
6.4. Outras		33.662	2,10	21.627	2,80	1.897	0,60
TOTAL		17.763.185	100,00	7.822.746	100,00	2.236.236	100,00

FONTE: Dimensão e Estrutura do setor público estadual
 Volume I - SETOR. Público Consolidado 1968/1969
 IPEA - INPES - FGV - IBRE - CEF

RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO BRASIL, SÃO PAULO E ESTADOS DO NORDESTE EM 1970, 1971 E 1972

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1 9 7 0		1 9 7 1		1 9 7 2	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
BRASIL	29.819.965.069,31	100,00	27.051.574.069,10	100,00	39.419.929.322,02	100,00
São Paulo	9.131.822.643,85	30,624	12.915.094.905,11	47,742	18.473.799.467,72	46,864
Alagoas	21.824.897,87	0,074	29.870.960,88	0,110	46.382.148,86	0,118
Bahia	686.385.200,56	2,300	862.351.497,86	3,188	1.053.028.260,70	2,672
Ceará	87.232.870,33	0,292	213.928.739,89	0,421	187.762.431,64	0,476
Maranhão	17.398.651,67	0,058	23.643.484,42	0,088	35.570.533,30	0,090
Paraíba	32.708.138,01	0,110	41.130.778,20	0,152	61.959.682,73	0,157
Pernambuco	505.986.205,13	1,697	646.350.314,21	2,389	938.742.241,23	2,381
Piauí	11.539.942,96	0,039	16.797.405,94	0,062	25.628.222,36	0,065
Rio Grande do Norte	22.564.501,05	0,076	34.078.456,86	0,126	50.464.113,25	0,128
Sergipe	18.040.740,35	0,061	26.922.262,42	0,100	37.505.049,63	0,095

FONTE: MINIFAZ - IGF - Balanços Gerais da União 70/71/72

/ma

RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DESPESA REALIZADA PELA UNIÃO NO BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE EM 1970

UNIDADES FEDERADAS	R E C E I T A			D E S P E S A		
	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital
BRASIL	29.819.965.069,31	18.967.176.632,89	10.852.788.436,42	18.940.825.400,95	6.560.623.614,71	12.380.201.826,24
São Paulo	9.131.822.643,85	9.131.765.166,96	57.476,89	(1) 584.300.960,99	(1) 237.581.840,26	(1) 310.719.120,73
Nordeste	1.403.681.147,93	1.403.680.797,93	350,00			
Maranhão	17.398.651,67	17.398.651,67	-	66.962.771,90	36.339.980,70	30.622.791,20
Piauí	11.539.942,96	11.539.942,96	-	60.950.893,27	37.583.096,90	23.367.796,37
Ceará	87.232.870,33	87.232.870,33	-	127.818.524,83	92.353.291,44	35.465.233,39
Rio Grande do Norte	22.564.501,05	22.564.151,05	350,00	54.139.077,05	43.130.166,35	11.008.910,70
Paraíba	32.708.138,01	32.708.138,01	-	63.829.372,58	46.371.070,31	17.458.302,27
Pernambuco	505.986.205,13	505.986.205,13	-	165.432.928,83	112.514.667,41	52.918.261,42
Alagoas	21.824.897,87	21.824.897,87	-	38.921.152,96	27.210.596,42	11.710.556,54
F. Noronha	-	-	-	628.971,51	625.542,31	3.429,20
Sergipe	18.040.740,35	18.040.740,35	-	36.721.402,46	23.400.968,89	13.320.433,57
Bahia	686.385.200,56	686.385.200,56	-	228.493.935,78	119.906.390,66	108.587.545,12

(1) Não engloba as despesas dos Ministérios do Exercito, Aeronáutica, Marinha, Educação Minas e Planejamento por falta de fornecimento de elementos e tempo da confecção deste

/ma

RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DESPESA REALIZADA PELA UNIÃO NO BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE EM 1972

UNIDADES FEDERADAS	R E C E I T A			D E S P E S A		
	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital
BRASIL	39.419.929.322,02	38.688.355.955,95	731.573.366,07	38.198.338.806,89	21.892.476.925,67	16.195.661.881,22
São Paulo	18.473.799.467,72	18.473.732.163,47	67.304,25	15.786.176.162,23	8.811.164.995,12	6.865.011.167,11
Nordeste	2.437.042.683,70	2.437.037.490,90	5.192,80			
Maranhão	35.570.533,30	35.570.533,30	-	55.201.509,95	51.593.861,39	3.607.648,56
Piauí	25.628.222,36	25.628.222,36	-	50.887.274,65	48.552.424,89	2.334.849,76
Ceará	187.762.431,64	187.762.431,64	-	144.657.556,70	137.561.027,12	7.096.529,58
Rio Grande do Norte	50.464.113,25	50.464.113,25	-	109.898.610,46	104.962.136,57	4.936.473,89
Paraíba	61.959.682,73	61.959.682,73	-	85.579.789,25	80.273.859,76	5.305.929,49
Pernambuco	938.742.241,23	938.737.048,43	5.192,80	267.781.946,23	252.831.104,11	14.950.842,12
Alagoas	46.382.148,86	46.382.148,86	-	51.562.264,01	48.492.876,52	3.069.387,49
F. Noronha	-	-	-	80.000,00	80.000,00	-
Sergipe	37.505.049,63	37.505.049,63	-	47.237.512,15	44.069.976,51	3.167.535,64
Bahia	1.053.028.260,70	1.053.028.260,70	-	242.823.860,20	222.603.052,80	20.220.807,40

/ma

5

RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DESPESA REALIZADA PELA UNIÃO NO BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE EM 1971

UNIDADES FEDERADAS	R E C E I T A			D E S P E S A		
	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital
BRASIL	27.051.574.069,10	26.162.687.953,17	888.886.115,93	26.142.516.585,63	16.723.790.182,62	9.321.878.833,01
São Paulo	12.915.094.905,11	12.915.094.905,11	-	714.140.174,45	297.482.835,75	416.657.338,70
Nordeste	1.795.073.900,68	1.795.065.384,08	8.516,60			
Maranhão	23.643.484,42	23.643.484,42	-	88.650.775,55	51.185.271,02	37.465.504,53
Piauí	16.797.405,94	16.797.405,94	-	72.038.217,63	39.386.929,09	32.651.288,54
Ceará	113.928.739,89	113.928.739,89	-	187.285.442,95	135.323.093,95	51.962.349,00
Rio Grande do Norte	34.078.456,86	34.078.091,86	365,00	129.506.312,37	103.343.837,52	26.162.474,85
Paraíba	41.130.778,20	41.130.778,20	-	114.560.028,27	81.256.595,63	33.303.432,64
Pernambuco	646.350.314,21	646.342.162,61	8.151,60	306.533.325,07	231.851.862,15	74.681.462,92
Alagoas	29.870.960,88	29.870.960,88	-	71.017.658,91	50.928.761,02	20.088.897,89
F. Noronha	-	-	-	312.018,44	229.000,00	83.018,44
Sergipe	26.922.262,42	26.922.262,42	-	64.324.322,86	45.015.576,65	19.308.746,21
Bahia	862.351.497,86	862.351.497,86	-	346.875.639,06	202.161.077,22	144.714.561,84

/ma

DESPESA DOS GOVERNOS DOS ESTADOS E EM EDUCAÇÃO E CULTURA NO BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE EM 1970

(Cr\$ 1.000,00 correntes)

ESTADOS	GERAL	EDUCAÇÃO E CULTURA		
		Total	Correntes	Capital
BRASIL	19.995.822	3.429.057	3.123.202	305.855
SÃO PAULO	8.951.929	1.333.744	1.250.849	82.895
NORDESTE	2.377.153	331.794	269.632	62.163
Maranhão	147.672	12.364	12.296	68
Piauí	106.123	16.197	11.277	4.920
Ceará	176.960	22.571	22.469	102
Rio Grande do Norte	71.439	14.639	14.607	32
Paraíba	170.366	21.521	16.460	5.061
Pernambuco	828.159	74.435	66.977	7.458
Alagoas	119.149	33.148	20.700	12.448
Sergipe	75.184	10.658	10.490	168
Bahia	685.101	126.261	94.355	31.906

/ma

L

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO GERAL, POR GRUPOS DE IDADE E SEXO

NO NORDESTE, NO ANO DE 1970

GRUPOS DE IDADE (anos)	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO GERAL					
	A b s o l u t a			R e l a t i v a		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	2.391.000	2.367.000	4.758.000	17,47	16,46	16,95
5 - 9	2.154.700	2.126.700	4.281.400	15,75	14,79	15,26
10 - 14	1.766.100	1.789.200	3.555.300	12,91	12,44	12,67
15 - 19	1.440.000	1.597.600	3.037.600	10,52	11,11	10,82
20 - 24	1.139.300	1.330.500	2.469.800	8,32	9,25	8,80
25 - 29	857.300	990.600	1.847.900	6,26	6,89	6,58
30 - 34	732.600	848.200	1.580.800	5,35	5,90	5,63
35 - 39	618.700	699.900	1.318.600	4,52	4,87	4,70
40 - 44	578.000	616.200	1.192.200	4,22	4,28	4,25
45 - 49	507.200	518.600	1.025.800	3,71	3,61	3,66
50 - 54	431.800	427.100	858.900	3,16	2,97	3,06
55 - 59	353.300	340.000	693.300	2,58	2,36	2,47
60 - 64	263.800	251.100	514.900	1,93	1,74	1,83
65 - 69	193.700	186.900	380.600	1,42	1,30	1,36
70 e mais	257.700	291.900	549.600	1,88	2,93	1,96
Idade Ignorada	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.685.200	14.381.500	28.066.700	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970 - FIBGE - Resultados Preliminares.

MR/ma

POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,

NO NORDESTE, NO ANO DE 1970, 1975 E 1980

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	P O P U L A Ç Ã O	
	ANOS	Nº
TOTAL		%
1970	28.110.686	100,00
*1975	32.167.100	100,00
*1980	36.530.100	100,00
URBANA		
1970	11.751.736	41,81
*1975	14.384.600	44,72
*1980	17.385.800	47,59
RURAL		
1970	16.358.950	58,19
*1975	17.782.500	55,28
*1980	19.144.300	52,41

* População Projetada

MR/ma

MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO NORDESTE, NOS PERÍODOS DE 1940-1950 E 1950-1970

PERÍODOS	MOVIMENTO MIGRATÓRIO		
	Saldo de Imigrantes (NNx)	Saldo de Emigrantes (NFX)	Saldo Líquido no Período
1940 - 1950	203.872	495.323	-291.451
1950 - 1970	645.452	3.230.331	-2.584.879

NOTA: O "Saldo de Imigrantes" ou de "Emigrantes" corresponde à diferença entre o número de "imigrantes" ou de "emigrantes" registrados em 2 censos consecutivos. Ou seja:

$$I > 2^N N_x - 1^N N_x \quad e$$

$$E > 2^N F_x - 1^N F_x$$

MR/ma

SALDO MIGRATÓRIO NO NORDESTE, NOS ANOS DE 1940, 1950 E 1970

ANOS	SALDO MIGRATÓRIO
1940	- 634.180
1950	- 925.631
1970	- 3.510.510

NOTA: O "Saldo Migratório" corresponde à diferença entre o número de "imigrantes" e o de "Emigrantes" registrados na data do censo.

MR/ma

TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DAS CIDADES DE MAIS DE 20.000 E DE MAIS DE
50.000 HABITANTES DO NORDESTE NOS PERÍODOS 1940/1950, 1950/1960 E 1960/1970

ESPECIFICAÇÕES ANOS	1940/1950	1950/1960	1960/1970
Nas cidades de mais de 20.000 Habitantes	5,1	5,7	6,1
Nas cidades de mais de 50.000 Habitantes	4,5	5,9	5,8

MR/ma

DENSIDADE DEMOGRÁFICA E ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO NO NORDESTE

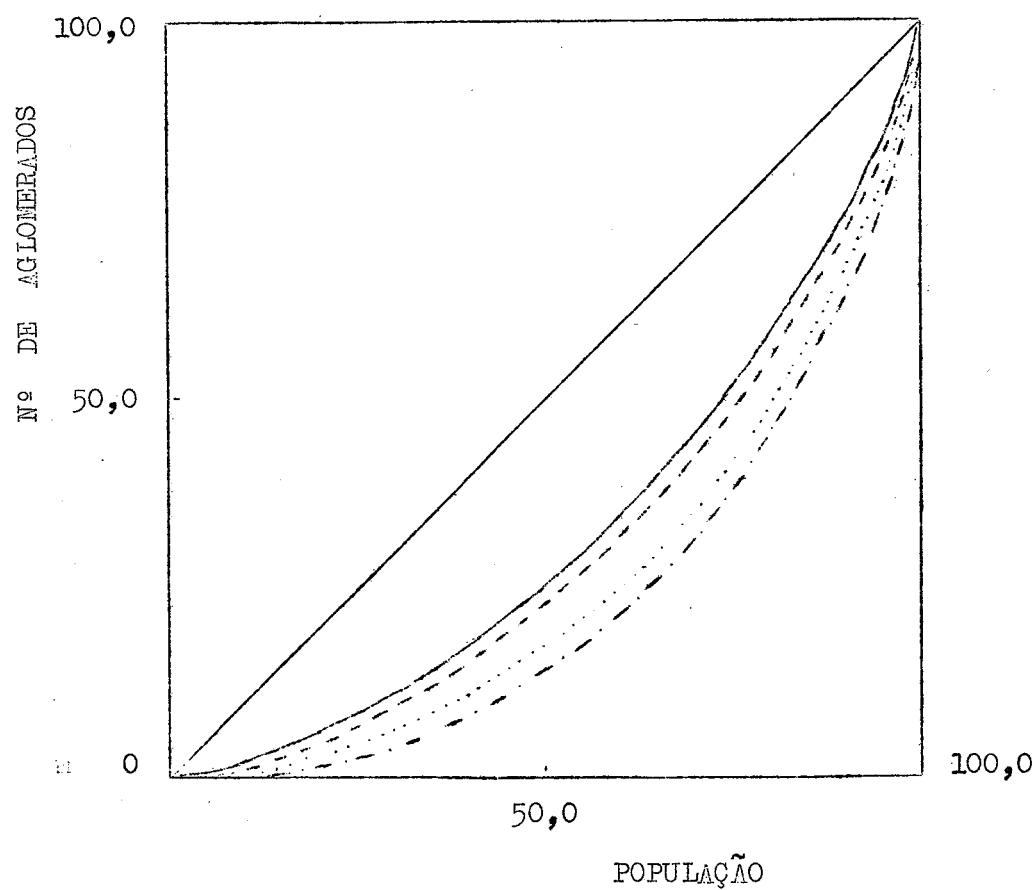
NOS ANOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970

ESPECIFICAÇÕES ANOS	1940	1950	1960	1970
Densidade Demográfica	9,36	11,65	14,54	18,59
Índice de Concentração	0,30	0,38	0,45	0,50

MR/ma

CURVA DE CONCENTRAÇÃO

NORDESTE



LEGENDA:

1940	—
1950	- - -
1960	· · ·
1970	— — —

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL, ESCOLARIZADA E DEFICIT SEGUNDO AS FAIXAS

ETÁRIAS ESCOLARES, NO NORDESTE, NO ANO DE 1970

FAIXAS ETÁRIAS ESCOLARES	POPULAÇÃO		DEFICIT	
	Escalarizável - A	Escalarizada - B	Nº (A-B)	%
TOTAL				
6 anos	921.068	226.729	694.339	75,38
7-10 anos	3.353.432	1.556.091	1.797.341	53,60
11-14 anos	2.778.735	1.528.345	1.250.390	45,00
15-17 anos	1.900.159	757.202	1.142.957	60,15
18 anos	659.722	178.307	481.415	72,97
FAIXA ETÁRIA ESCOLAR (6-18 anos)	9.613.116	4.246.674	5.366.442	55,82
19-24 anos	2.931.356	451.280	2.480.076	84,61
URBANA				
6 anos	361.151	152.148	209.003	57,87
7-10 anos	1.334.993	957.878	377.115	28,25
11-14 anos	1.163.264	922.319	210.945	20,72
15-17 anos	822.922	506.615	316.307	38,44
18 anos	280.594	129.536	151.058	53,84
FAIXA ETÁRIA ESCOLAR (6-18 anos)	3.962.924	2.668.496	1.294.428	32,66
19-24 anos	1.288.389	358.269	930.120	72,19
RURAL				
6 anos	559.917	74.581	485.336	86,68
7-10 anos	2.018.439	598.213	1.420.226	70,36
11-14 anos	1.615.471	606.026	1.009.445	62,49
15-17 anos	1.077.237	250.587	826.650	76,71
18 anos	379.128	48.771	330.357	87,14
FAIXA ETÁRIA ESCOLAR (6-18 anos)	5.650.192	1.578.178	4.072.014	72,07
19-24 anos	1.642.967	93.011	1.549.956	94,34

PARTICIPAÇÃO DAS FAIXAS ETÁRIAS ESCOLARES NA POPULAÇÃO GERAL PROJETADA NO NORDESTE

NOS ANOS DE 1975 E 1980, SEGUNDO O ANO BASE 1970

FAIXAS ETÁRIAS	1970		1975	1980
	Nº	%		
TOTAL				
6 anos	28.110.686	100,00	32.167.100	36.530.100
7-10 anos	921.068	3,28	1.055.081	1.198.187
11-14 anos	3.353.432	11,93	3.837.535	4.358.041
15-17 anos	2.778.735	9,88	3.178.109	3.609.174
18 anos	1.900.159	6,76	2.174.496	2.469.6435
FAIXA ETÁRIA ESCOLAR (6-18 anos)	659.722	2,35	755.927	858.457
19-22 anos	9.613.116	34,19	10.997.931	12.489.641
	2.094.883	7,45	2.396.449	2.721.492
URBANA				
6 anos	11.751.736	41,81	14.384.600	17.385.800
7-10 anos	361.151	1,28	411.739	467.585
11-14 anos	1.334.993	4,75	1.527.937	1.735.180
15-17 anos	1.163.264	4,14	1.331.718	1.512.346
18 anos	822.922	2,93	942.496	1.070.332
FAIXA ETÁRIA ESCOLAR (6-18 anos)	280.594	1,00	321.671	365.301
19-22 anos	3.962.924	14,10	4.535.561	5.150.744
	914.564	3,25	1.045.431	1.187.228
RURAL				
6 anos	16.358.950	58,19	17.782.500	19.144.300
7-10 anos	559.917	1,99	640.125	726.949
11-14 anos	2.018.439	7,18	2.309.598	2.622.861
15-17 anos	1.615.471	5,75	1.849.608	2.100.481
18 anos	1.077.237	3,83	1.232.000	1.399.103
FAIXA ETÁRIA ESCOLAR (6-18 anos)	379.128	1,35	434.256	493.156
19-22 anos	5.650.192	20,10	6.465.587	7.342.550
	1.180.319	4,20	1.351.018	1.534.264

/ma

EVOIUÇÃO DA MATRÍCULA GERAL EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO 1960 A 1971

ESTADOS	NO NORDESTE											
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Maranhão	601	668	697	675	714	807	897	935	1.610	2.758	2.411	4.939
Piauí	296	324	341	453	431	410	400	338	472	585	825	996
Ceará	1.995	2.393	2.911	3.434	4.152	4.533	5.156	6.139	6.931	9.149	9.270	10.144
Rio Grande do Norte	517	578	700	899	1.137	1.281	1.429	1.761	2.172	2.903	2.778	3.974
Paraíba	1.074	1.178	1.381	1.509	1.843	2.110	2.497	3.207	4.163	5.993	5.159	7.398
Pernambuco	5.237	5.741	6.137	6.765	7.719	8.301	9.468	11.606	13.668	16.421	19.780	22.846
Alagoas	987	1.008	991	1.003	992	1.063	1.332	1.683	2.486	2.436	2.910	3.440
Sergipe	347	355	336	351	363	421	472	569	644	941	1.225	1.495
Bahia	3.557	3.790	4.392	4.763	5.510	6.219	7.330	8.353	9.661	12.214	14.805	17.509
NORDESTE	14.661	16.035	16.886	19.852	22.861	25.145	28.981	34.591	41.807	53.400	59.163	72.741
SÃO PAULO	25.915	28.184	29.071	34.085	39.499	42.891	48.459	53.685	81.611	107.507	141.891	205.555
BRASIL	93.202	98.892	107.299	124.214	142.386	155.781	180.109	212.882	278.295	342.886	425.478	561.397

FONTE: Estatística da Educação Nacional - 1960-1971

/ma

COMPARATIVO DAS DIPLOMAÇÕES POR ÁREA NO ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE

NO PERÍODO 1968 A 1971

ÁREAS	D I P L O M A D O S			
	1968	1969	1970	1971
Tecnologia e Ciências Exatas	1.052	1.180	1.874	1.734
Ciências Biomédicas	1.540	2.062	2.553	2.511
Ciências Humanas, Sociais e Artes	3.265	3.936	5.663	5.606
TOTAL	5.857	7.187	10.090	9.851

ZC'ma

MATRÍCULA GERAL DE UNIVERSITÁRIOS POR 1.000 HABITANTES NO NORDESTE NOS ANOS DE 1960, 1965, 1970 E 1971

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1960			1965			1970			1971		
	População Geral	Mat. Geral	Aluno Univ. Por 1.000 Habit.									
Maranhão	2.475.300	-	-	2.716.300	437	0,14	3.011.200	2.143	0,71	3.073.600	3.692	1,20
Piauí	978.800	-	-	1.464.100	-	-	1.748.300	216	0,12	1.775.400	1.996	0,56
Ceará	3.302.200	1.995	0,60	3.829.100	3.360	0,87	4.436.600	6.694	1,05	4.553.800	6.384	1,39
Rio Grande do Norte	1.143.200	517	0,45	1.350.700	722	0,53	1.589.900	1.085	0,68	1.641.200	1.257	0,76
Paraíba	2.002.800	800	0,39	3.550.700	1.723	0,48	2.425.000	4.235	1,74	2.474.000	6.176	2,49
Pernambuco	4.103.900	4.643	1,13	4.613.400	6.060	1,30	5.200.700	12.388	2,38	5.328.600	14.027	2,63
Alagoas	1.260.700	-	-	1.213.900	983	0,80	1.590.200	2.561	1,61	1.537.600	2.881	0,38
Sergipe	755.700	-	-	824.500	-	-	904.100	1.255	1,38	921.300	1.495	1,62
Bahia	5.941.400	2.469	0,41	6.668.800	4.800	0,71	7.507.200	12.471	1,66	7.689.700	14.950	1,94
NORDESTE	21.964.000	10.424	0,40	26.231.500	18.055	0,68	28.413.200	43.018	1,51	35.010.200	51.864	1,48
SÃO PAULO	12.820.700	17.621	1,37	15.123.000	19.377	1,28	17.721.000	44.519	2,51	18.292.100	51.469	2,81
BRASIL/UNIVERSIDADES	70.266.000	59.387	0,84	81.005.800	97.902	1,20	93.387.200	223.959	2,38	96.081.900	271.387	2,82
BRASIL/EST. ISOLADOS	70.266.000	33.977	0,48	81.005.800	57.879	0,71	93.387.200	207.414	2,22	96.081.900	290.010	3,01
BRASIL/TOTAL	70.266.000	93.364	1,32	81.005.800	155.781	1,92	93.387.200	430.473	4,60	96.081.900	561.397	5,84

Boletim Demográfico CBED/72

ZC/ma